

STF é o principal responsável pelo combate à corrupção, diz Moro

Nos últimos anos, o combate mais ferrenho à corrupção não foi travado pelo governo federal nem pelo Congresso, e sim pelo Supremo Tribunal Federal. Quem afirma é o ex-juiz Sergio Moro, escolhido pelo presidente eleito Jair Bolsonaro para ser ministro da Justiça.

Sergio Rodas



Sergio Moro (*direita*) minimizou proposta de Wilson Witzel (*esquerda*) de "abater" quem estiver portando fuzil.
ConJur

Moro falou durante comemoração dos 200 anos da faculdade de Direito de Harvard (EUA), ocorrida no Rio de Janeiro nesta sexta-feira (23/11), Moro fez um aceno aos ministros do STF Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes – todos presentes no evento.

“[Quando era juiz] Via que o maior combate à corrupção não vinha do Congresso ou do Executivo, mas do STF”, disse Moro. Como exemplos de decisões que ajudaram a endurecer a luta contra desvios de recursos públicos, o futuro ministro citou a proibição de doações eleitorais de empresas, mencionando que o caso foi relatado por Fux, a restrição do foro por prerrogativa de função de parlamentares, lembrando que quem sugeriu a medida foi Barroso, e a execução da pena após condenação em segunda instância.

Bolsonaro já afirmou que poderá indicar Sergio Moro para o Supremo quando vagar uma cadeira na corte — o que acontecerá em 2020, quando o ministro Celso de Mello completar 75 anos. Em entrevistas, o ex-juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba já declarou que a ida para o STF é uma “possibilidade”.

Moro voltou a explicar que aceitou o convite de Bolsonaro para ser ministro da Justiça para evitar retrocessos no enfrentamento à corrupção. “Passei quatro anos na ‘lava jato’ que, com todas as críticas que se possam fazer, representou um rompimento, pelo menos em parte, da cultura de impunidade no Brasil”, disse, sobre o próprio trabalho.

No governo federal, Moro tem dito que dedicará o Ministério da Justiça a iniciativas de combate à



corrupção e ao crime organizado.

Movimento popular

Por sua vez, Barroso afirmou que, sem resolver o problema da corrupção, o Brasil irá continuar aquém de seu potencial. Porém, ele enfatizou os avanços na área ocorridos nos últimos anos, ressaltando a demanda popular por ética.

Já o professor da FGV Direito Rio Joaquim Falcão opinou que as liberdades civis – especialmente na educação e na cultura – devem ser respeitadas pelo governo Bolsonaro.

Proposta diferente

Sergio Moro chegou ao evento junto com o governador eleito do Rio de Janeiro, o também ex-juiz federal Wilson Witzel (PSC). Questionado sobre a proposta de Witzel de autorizar a polícia a “abater” quem estiver portando fuzil, Moro minimizou a ideia.

“Não parece que a proposta seja essa. Nem existe lei com esse nome”, disse o ex-juiz da “lava jato” a jornalistas.

Já Witzel destacou que seu projeto de segurança “não se resume a uma palavra [abate]”. Ele disse que irá investir na reestruturação das polícias, na investigação de esquemas de lavagem de dinheiro e na urbanização das favelas.

Witzel entende que, ao disparar contra quem está armado com um fuzil, o policial agiria em legítima defesa. “A autorização está no artigo 25 do Código Penal: o policial estaria agindo em legítima defesa de si próprio e da sociedade para repelir uma agressão iminente. Não é sair atirando para matar”, defende. “Como professor e conferencista de Direito Penal há muitos anos, esta é a minha posição. Como governador, vou orientar que os policiais ajam desta forma, exatamente nos termos da lei. Mas a polícia será mais bem treinada e preparada, as operações serão mais cirúrgicas e filmadas, para evitar ilegalidades”, [explicou](#) o ex-juiz à **ConJur**.

No entanto, professores ouvidos pela **ConJur** [afirmam](#) que o Código Penal não admite essa presunção de que o porte de fuzil significa agressão iminente. Segundo eles, é preciso que, efetivamente, haja um risco real de agressão. Além disso, especialistas apontam que o Ministério Público poderá continuar oferecendo ações penais nessas situações. E a palavra final, como sempre, será do Judiciário.

O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), tem [proposta](#) semelhante, mas mais ampla. Ele quer criar uma “excludente de ilicitude” para que policiais que matam em serviço não tenham que prestar contas à Justiça. A ideia do presidencialismo não é nova. O Exército e o governo Michel Temer vêm pedindo mais [proteção jurídica](#) para os militares que atuam na intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. O objetivo é que eles não sejam punidos por atos e mortes em operações.

**Texto atualizado às 17h41 do dia 23/11/2018 para acréscimo de informações.*

Date Created

23/11/2018